



AEFAMBAJE – ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA

EFA BONTEMPO

A EFA **Bontempo** é uma organização não governamental de interesse público, e vêm prestando relevantes serviços ao desenvolvimento da agricultura familiar beneficiando jovens de 25 municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha, reúnem atualmente agricultores, agricultoras, parceiros importantes em torno da manutenção de um projeto de educação popular, que visa a formação de jovens rurais de nível de Médio e Profissionalizante – Técnico em Agropecuária, atualmente atendemos 201 jovens de 87 comunidades rurais dos municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha, já formou nestes 11 anos de existência 277 jovens que atuam em diversas entidades e organizações governamentais e não governamentais, com o envolvimento de 500 famílias no processo de formação e mobilização social. Com o objetivo de que estas pessoas possam liderar as políticas de desenvolvimento no campo, influenciar nas políticas públicas e desenvolver projetos de conscientização preservação do meio ambiente e o uso equilibrado dos recursos naturais visando o desenvolvimento social e econômico.



A história da EFA Bontempo começou com a luta das mulheres trabalhadoras rurais e dos jovens trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha, mais especificamente, o Médio e Baixo Jequitinhonha. O movimento jovem e das mulheres iniciou nesta luta nos meados da década de 90. Eram encontros, visitas de estudo, intercâmbio, mobilizações em vistas da organização e conquista de direitos.

Em 1999, a AMEFA propôs realizar um Seminário na Fazenda dos Padres ou Centro Polivalente Santa Luzia, Itaobim – MG, um local muito utilizado pelos movimentos para fazer seus encontros, seus retiros etc. O seminário contou com a adesão de 19 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações, Escolas Famílias Agrícolas da Região, assentamentos etc.

O "dono" da Fazenda e do Centro, Pe Felice, entusiasmou-se com a proposta e resolveu nos doar toda a fazenda com o centro prontinho para iniciar a EFA de Ensino Médio e profissionalizante. Mas infelizmente, o Padre que nos animou tanto com a doação de toda aquela infra-estrutura do Cento Santa Luzia veio com uma conversa de que consultou a Fundação Brasileira de Desenvolvimento (FBD), entidade jurídica que administra aquele Centro, a fazenda e outros empreendimentos, e que não houve consenso pela doação, mas que ele, pessoalmente, doaria 28 hectares seu, próprio, para ali podermos erguer os prédios da futura e tão sonhada EFA.

Assim, o grupo aceitou e ganhou um registro feito formalmente em cartório doando uma área de terra e que esta pertenceria à AEFAMBAJE (Associação Escola Família Agrícola do Médio e Baixo Jequitinhonha), por todo o tempo em que ela funcionasse como entidade jurídica mantenedora da EFA Bontempo.

Em 2001, a EFA Bontempo começou a funcionar sem os prédios prontos. Solicitou à FBD o empréstimo do Centro Polivalente Santa Luzia por 3 anos, o que foi concedido em comodato pelo mesmo tempo pedido. Quando tudo parecia ir bem, o Padre outra vez entusiasmado resolveu dar a Fazenda em comodato para a EFA e sua mantenedora, AEFAMBAJE, cuidar por tempo indeterminado, que foi aceito e celebrado contrato de comodato.

Os recursos para a construção dos prédios e compra dos equipamentos, a fundação na pessoa do padre garantiu que daria por meio de uma ONG e amigos da Itália. Mais uma vez o grupo achou que estava bom demais e aceitou.

Quando se viu que aquele negócio era comunitário, enfim, dos agricultores e das agricultoras e que ali, as decisões, passavam por um conselho, uma assembleia geral que discutia e deliberava, A entidade parceira começou-se a retroceder e chegou-se ao ponto extremo de apresentar ao grupo um novo documento propondo o comodato daqueles 28 hectares por apenas 3 anos. Alegaram que entidade teria para aquele local um projeto de uma faculdade e que a EFA Bontempo não tinha mais sentido e interesse para eles continuarem como parceiros.

Neste momento, a EFA saiu mais que depressa do prédio cedido na fazenda e passou a ocupar, imediatamente, o prédio em construção no terreno, que já se encontrava em fase adiantada. Esta atitude se deu em razão de que a EFA tinha todo o direito de estar usufruindo um bem que era uma conquista sua e que o comodato lhe dava poder para isto.

Para tanto, rescindiu-se os contratos de comodato de uso temporário dos prédios do velho centro e da fazenda. Na verdade, estes tinham tempo limitado de 3 anos e estariam vencendo em julho de 2003.

Em 2004 a Fundação Brasileira de Desenvolvimento – FBD, entrou com um processo judicial de reintegração de posse querendo a posse daquilo que foi construído com muito suor pelas famílias, estudantes e parceiros reivindicando a posse do terreno. A origem do processo é Nº 1.0414.07.016973-8/008, encontra-se em fase final na Vara única da Comarca de Medina. Foram feitas várias tentativas recursais na busca de uma decisão judicial favorável à continuidade da escola, no entanto não tivemos êxito. Sendo assim, foi feita varias articulações e mobilizações políticas no estado com a intenção de sensibilizar nossos governantes, todavia, não tivemos políticas publicas que garantia a continuidade da escola.

Em março de 2007, AEFAMBAJE, recebemos um despacho da justiça, onde foi concedida a FBD a reintegração de posse das terras cedidas em comodato para o funcionamento da escola. Porém, durante este dia teve uma articulação política para que a escola continuasse funcionando de acordo com o contrato de comodato, conseguindo assim, a AEFAMBAJE, adiar esta decisão da por mais uma semana, durante este prazo dado pela justiça, a entidade entrou com um recurso no STJ, pedindo uma liminar, garantindo assim, o funcionamento da escola, até outra decisão da justiça.

No dia 24 de fevereiro de 2012 tivemos novamente o mandato de reintegração de posse, para ser cumprido, devolvendo a posse das terras para a FBD, sem condições para alojar os estudantes que se encontram em formação e toda estrutura necessária para tal feito, negociamos com os oficiais de justiça um prazo maior para entregar as instalações e novamente construir em outro local, os prédios necessários para garantir a formação dos estudantes.

Sendo assim, foi traçado várias estratégias para garantir a continuidade e funcionamento da EFA Bontempo, umas delas foi buscar um apoio político juntamente com a Secretaria Estadual de Educação, para discutir e encaminhar estratégias para garantir a utilização daquele imóvel, tendo em vista a sua função social, para isto, contamos com o Secretario Executivo da AMEFA (Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas) Idalino Firmino dos Santos e o representante da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais) Marcos Vinicius Dias Nunes, que deram o encaminhamento solicitando que fosse desapropriado o terreno e benfeitorias da EFA através da SEE – Secretaria Estadual de Educação, tendo como representantes do estado a (Secretaria Ana Lúcia Gazzola e Adjunta Maria Céres Pimenta Castro). Depois de varias reuniões, enfim foi encaminhado o despacho pelo jurídico do Estado de Minas Gerais com Decreto Nº 249, de 17 de Abril de 2012, assinado pelo Governador de Minas Gerais, Antônio Augusto Anastásia, declarando a de utilidade pública, daquela área em conflito, desapropriando o imóvel e destinando-o ao funcionamento da Escola Família Agrícola Bontempo, no Município de Itaobim, sendo que neste processo para a publicação do decreto, duas autoridades deram importantes contribuições, sendo elas: Deputado Zé Silva e Dom Mauro Morelli.

Durante todo este tempo que tivemos este conflito judicial, poderíamos estar buscando alternativas para o melhor desenvolvimento do Projeto EFA **Bontempo**, estudando a diversificação da formação profissional, melhorando a infra-estrutura, a qualidade da formação etc. Mas, diante dos últimos acontecimentos, nos sentimos inseguros quanto à continuidade desse projeto, por enfrentarmos uma oposição, tendo como protagonista a FBD – Fundação Brasileira de Desenvolvimento na pessoa do Padre Felice Bontempi, que antes nos concedeu um comodato do terreno onde foram construídos os prédios e reivindicavam a posse sobre a terra e as benfeitorias ali realizadas pela Associação gestora da Escola Família Agrícola.

Enfim, deixo meus sinceros agradecimentos de poder contar com sua contribuição, durante este processo de articulação política, visando garantir uma educação de qualidade e digna para os filhos e filhas de agricultores familiares do Médio e Baixo Jequitinhonha, com mais um parceiro nesta luta em defesa da educação do campo na Pedagogia da Alternância.

Atenciosamente.

Alcísio Alves da Silva
Presidente da AEFAMBAJE

